



-----ATA nº01/2021-----

----- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas, na Casa de Artes e Cultura do Tejo, em Vila Velha de Ródão, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----
 - 2- Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2021; -----
 - 3- Apreciação, discussão e eventual aprovação da participação dos municípios no âmbito da concessão do serviço público de transporte de passageiros à CIMBB; -----
 - 4- ---Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----
 - 5-Outros assuntos de interesse para o Município; -----
 - 6-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-
- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e em seguida procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta do membro Carlos Alberto Silva Gonçalves, tendo este justificado a sua ausência e solicitada a sua substituição, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal, tendo assim estado presente o membro Tiago Manuel Caetano Ferreira. -----
- O vereador da Câmara Municipal, Nicolau Pinto Eduardo não esteve presente. -----
- A Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão foi representada pelo seu secretário, Vítor Hugo Fontelas de Oliveira. -----
- O membro Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto participou

nesta sessão através de videoconferência, em conformidade com o estipulado no artigo 3º da Lei nº 1-A/2021, de 13 de janeiro.-----

---- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando disponível para eventual consulta.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a Ata da sessão ordinária realizada em 18/12/2020, previamente remetida a todos os membros e da qual, conforme deliberado na sessão de 22/12/2017, foi dispensada a leitura, tendo a mesma, após votação, sido aprovada por maioria, com 4 (quatro) abstenções dos membros Luís Manuel Calheiros da Cunha Andrade, Luís Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Tiago Manuel Caetano Ferreira e Vitor Hugo Fontelas de Oliveira, por não terem estado presentes nessa sessão.

----**1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

---- O membro Vítor Marques começou por cumprimentar todos os presentes e em nome dos membros da bancada socialista deixou uma palavra de reconhecimento, enaltecendo e dando os parabéns à Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão pela conquista do galardão "Município Amigo do Desporto 2020", atribuído pela Associação Portuguesa de Gestão do Desporto. Esse Galardão visa reconhecer os municípios amigos do desporto tendo como critérios fundamentais a diversidade desportiva desenvolvida por cada município, a promoção de boas práticas de atividades físicas e de desenvolvimento desportivo e a interação direta dessas práticas desportivas com a natureza num processo de melhoria continua nessa área, seja através de *benchmarking* ou de formação permanente. Mais disse, que a Câmara Municipal tinha realizado várias iniciativas e programas que levaram à atribuição deste prémio, como por exemplo, a escola de canoagem, a realização de uma prova de motonáutica a contar para o campeonato do mundo na categoria F2, a realização de passeios



pedestres e provas de BTT, entre outros. A interação com a natureza era fator fundamental e primordial para que essas boas práticas fossem reconhecidas. As atividades desportivas ligadas ao Rio Tejo tinham particular incidência e os trilhos criados para a boa prática de BTT e passeios pedestres em perfeita comunhão com a natureza envolvente, eram de reconhecimento geral e referência obrigatória para quem nos visita. O esforço que a Autarquia tem vindo a desenvolver foi agora oficialmente reconhecido. Muitas vezes foi dito nesta Assembleia Municipal que Vila Velha de Ródão não tinha desemprego mas que não conseguia fixar população e que pouco ou nada tinha feito para contrariar esta situação, mas esta era prova de que assim não o era. Para a fixação de pessoas num determinado espaço geográfico eram preciso pelo menos três pilares fundamentais, sendo eles, a oferta de emprego, a oferta de habitação e a oferta de qualidade de vida, com a construção de infraestruturas que possibilitem uma melhor qualidade de vida a quem cá reside e que tinha a ver com bons acessos, que existem, mas principalmente com a diversidade cultural, desportiva e de lazer e nesse âmbito o Município tem vindo a fazer um enorme esforço na criação de excelentes condições para o desenvolvimento dessas três variantes. Este galardão era a prova concreta de que o trabalho, quando era bem feito, mais cedo ou mais tarde era reconhecido. ----

----O membro Maria José Sobreira começou por cumprimentar todos os presentes, deixando uma palavra de apreço à Autarquia pela ação resiliente perante a crise pandémica. Desde o seu início o Município esteve sempre presente em colaboração com as autoridades de saúde no planeamento e controlo, testando aqueles que estavam mais vulneráveis. Mais uma vez o Município antecipou a sua ação, alargando a testagem aos setores de atividade que têm contacto

direto com o público, nomeadamente, os funcionários do Município, das Finanças, Notários, CTT, taxistas e colaboradores do comércio local, evitando assim cadeias de transmissão. Saliou também a importância do protocolo estabelecido com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, nomeadamente a Escola Superior de Saúde, para que os técnicos e estudantes deste pólo assegurassem a realização de testes rápidos, adquiridos pelo Município, aumentando assim o número de pessoas testadas e diagnosticando mais rapidamente os casos positivos, permitindo uma rápida aplicação de medidas de controlo para evitar a propagação da doença.-----

---- O membro Luís Coutinho começou por cumprimentar todos os presente, referindo-se em seguida ao resultado do relatório de inspeção extraordinária efetuado pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil à empresa CENTROLIVA e no qual foram detetadas várias desconformidades e irregularidades relacionadas essencialmente com as condições em que se encontram os vários edifícios, com a inexistência e falta de manutenção de equipamentos de segurança e ainda problemas ao nível de licenciamentos. O encerramento temporário desta fábrica, da empresa Bioenergy, Bioe - Sociedade de Produção de Energia S.A., prendia-se portanto com problemas internos desta unidade que afetam sobretudo a segurança e as condições de trabalho dos seus colaboradores. Contudo, não nos podíamos esquecer dos impactos negativos causados pelo funcionamento da CENTROLIVA em termos ambientais e da qualidade de vida das populações envolventes. Estes impactos, que se verificam há vários anos, devido a um mau desempenho tecnológico com o incumprimento da legislação ambiental, motivaram a contestação desta situação por parte da população, da Câmara Municipal e desta Assembleia Municipal que têm, em sintonia, tentado contrariar este



insustentável problema. Não eram contra as empresas, eram pelas empresas, grandes, médias e pequenas, mas precisamos de empresas respeitadoras das boas práticas ambientais e sociais, de empresas que valorizem os territórios e as pessoas numa perspetiva moderna do que deve ser uma atividade económica sustentável. Para terminar, disse que a bancada da Coligação do "Novo Rumo", congratulava-se com encerramento da CENTROLIVA, mas ao mesmo tempo salientavam que faziam votos para que esta empresa resolvesse os problemas no seu interior, não esquecendo que têm também que criar as soluções para resolver os problemas que afetam tão gravosamente o exterior, antes de poder retomar a sua atividade, facto sem o qual esta empresa não poderá ser considerada grata a Vila Velha de Ródão. -----

----O membro Tiago Ferreira começou por cumprimentar todos os presentes, referindo-se em seguida ao projeto de uma futura ligação a Espanha já aqui anteriormente falada e apresentada não só pelo Presidente da Junta de Freguesia de Perais, mas também por outras entidades e Órgãos e havendo indicação de que essa ligação estava com bastante peso do lado do Alentejo, nomeadamente por parte da Junta de Freguesia de Montalvão e tendo em conta que havia alguém com poder de influenciar a nível da CIM esta mesma atuação da nossa parte para com o incremento de uma futura ligação e sabendo que por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal também era a favor dessa mesma ligação e neste caso da beira baixa para o Alentejo e para a Estremadura, questionava qual o ponto de situação em relação aos projetos que estavam em discussão. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a entrada neste ponto de uma Moção apresentada pela bancada do Partido Socialista sobre a empresa CENTROLIVA, tendo sido aprovada por unanimidade a sua entrada, pelo que passou a ler a mesma, que

aqui se dá por transcrita e anexa à presente ata. Colocada a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que o objetivo desta Moção era o de mostrar a indignação de toda a população de um assunto que já andava a ser debatido nesta Assembleia Municipal há mais de dez anos, propondo o envio deste documento para gabinete do Senhor Ministro do Ambiente e para a CCDRC que eram as entidades diretamente envolvidas na questão da CENTROLIVA.-----

---- O membro Luís Andrade disse que esta Moção estava muito bem feita e concordava plenamente com ela, propondo que a mesma também fosse enviada para os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para a comunicação social.-----

---- O membro Luís Coutinho disse que os membros da bancada da Coligação "Novo Rumo" concordavam com o teor desta Moção e que esta fosse enviada para as entidades propostas.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que no seguimento da proposta do membro Luís Andrade disse que este documento iria ser enviado para todos os grupos parlamentares e deputados com acento na Assembleia da República.-----

---- O membro Luís Coutinho disse que fomos surpreendidos há alguns dias atrás com mais um caso de agressão ao património arqueológico do nosso concelho, mais concretamente, com a destruição de uma antiga mina de ouro romana no sítio da Cova da Moura, em Fratel, aparentemente por motivos de reflorestação com eucaliptos nesta zona. A área em que ocorreu esta destruição era um sítio arqueológico de especial relevância patrimonial, aliás, constante do atual Plano Diretor Municipal de Vila Velha de Ródão e registada no Portal do Arqueólogo da Direção-Geral do Património Cultural. Perguntas que se podem colocar sobre este facto, será que o



Ministério da Cultura tomará medidas para tentar reparar os danos provocados a este bem arqueológico? Não sabemos. Será que o Ministério da Cultura procurará acionar os meios ao seu alcance, como seja solicitar às instâncias judiciais as respectivas responsabilidades civis e criminais dos autores? Não sabemos. Mas concretamente em relação à ação da Câmara Municipal, podemos solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que nos informe das diligências que pretende fazer, nomeadamente, sobre a violação do PDM. -----

----Continuou, referindo que como surgia sempre alguma confusão com os temas das intervenções a ter no ponto prévio antes da Ordem do Dia e no ponto de outros assuntos de interesse para o Município e estando ambos previstos no Regimento deste Órgão, propunha que numa futura elaboração do Regimento se ponderasse a extinção do ponto de outros assuntos de interesse para o Município, e fosse aglutinado este tipo de intervenções no ponto prévio antes da Ordem do Dia, situação esta já adotada por outras Assembleias Municipais do nosso distrito. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que na sua opinião fazia todo o sentido haver estes dois pontos distintos, até porque o ponto prévio servia para apresentar moções, fazer a defesa da honra, ou intervenções referentes a situações descritas na Ata ou na sessão anterior deste Órgão. O ponto de outros assuntos de interesse para o Município serviria para dar sugestões, criticar a Câmara Municipal e solicitar obras ou melhorias no concelho, lembrando a importância deste ponto que antecedia o ponto de intervenção do público. -----

----2- *Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2021;* -----

---- O membro Fernando Roma solicitou mais explicações sobre este documento.-----

---- O membro Paulo Roberto solicitou também mais alguns esclarecimentos, se bem que relativamente à receita tinha entendido estas alterações, mas em relação à despesa necessitava de mais alguns esclarecimentos.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar todos os presentes, referindo que esta Alteração Modificativa prendia-se com o facto de que as Autarquias elaboram os Documentos Previsionais antes das verbas a atribuir no Orçamento de Estado para cada Município estarem definidas. Assim esta alteração tinha essencialmente a ver com isso, quando foram feitos os Documentos Previsionais, nos finais de setembro, o que foi ponderado foi uma transferência do Orçamento de Estado equivalente, com alguns acréscimos, referenciado ao que foi atribuído em 2020, verificando-se que para 2021 havia um aumento de cerca de 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) sendo necessário refletir esse aumento na parte da receita. Em relação à despesa, decorria também das obras e dos concursos que estavam a ser lançados e da necessidade de adequar aquilo que era a previsão da despesa para 2021 e aquela que vai ocorrer este ano e foram assim feitos esses acertos. Prendia-se também com a aquisição de duas viaturas elétricas, ao abrigo de uma candidatura feita ao fundo ambiental e que foi consagrada e que não estava previsto tendo que ser criada essa rubrica, bem como um reforço para a questão dos transportes que se teve que consagrar no orçamento a despesa já para este ano e também alguns acertos na obra do Agrupamento de Escolas, também com um reforço daquilo que era o orçamento previsto para essa obra. Contempla também um reforço para 2022 de obras no edifício do Largo



do Pelourinho, na antiga sede da junta de freguesia, aquele edifício faz parte de um conjunto de imóveis que a Câmara Municipal estava a reabilitar numa ótica de lançar no mercado de arrendamento a preços simbólicos, prevendo-se o lançamento dessa obra já este ano e terá uma componente de despesa que será refletida na execução de 2021, mas havia outra que iria a passar para 2022. Referiu que as obras do edifício da GNR que também teve que ser ajustadas às datas da aprovação do projeto daquilo que era previsível para o lançamento da obra. -----

----À questão colocada pelo membro Fernando Roma se a aquisição de viaturas elétricas não estaria já prevista, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não, porque seria alvo de um processo de *lesing* e era devido a esse processo que teria que estar aqui registada. -----

----Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções dos membros Luís Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina Marchão Ceia, Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto e Tiago Manuel Caetano Ferreira, em conformidade com a alínea a) do nº1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da receita, com um reforço de 437.982,00€ (quatrocentos e trinta e sete mil novecentos e oitenta e dois euros) e uma diminuição de 32.982,00€ (trinta e dois mil novecentos e oitenta e dois euros), a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, com um reforço de 537.000,00€ (quinhentos e trinta e sete mil euros) e uma diminuição de 132.000,00€ (cento e trinta e dois mil euros), a 1.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, com um reforço de 67.000,00€ (sessenta e sete mil euros) para 2021, e um reforço de 280.100,00€ (duzentos e

oitenta mil e cem euros) em anos seguintes, e uma alteração à designação do plano 2013/A/1, de "Programação Cultural em Rede", para "Apoio ao Associativismo", e a 1.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, com um reforço de 248.000,00€ (duzentos e quarenta e oito mil euros) para 2021, e um reforço de 212.500,00€ (duzentos e doze mil e quinhentos euros) em anos seguintes.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **3- *Apreciação, discussão e eventual aprovação da comparticipação dos municípios no âmbito da concessão do serviço público de transporte de passageiros à CIMBB;***-----

---- Não havendo intervenções e após votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, de acordo com a alínea k) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a comparticipação no valor de 690.208,40 € (seiscentos e noventa mil, duzentos e oito euros e quarenta cêntimos) para a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB), para os próximos 5 anos, nos termos das atribuições e competências referidas na alínea c) do n.º 2 do art.º 23 e na alínea ccc) do n.º1 do art.º 33.º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto Preambular, ripristinados pela Resolução da AR n.º 86/2011, de 11/04, em conformidade com a redação da minuta n.º034/2021 aprovada na reunião do executivo, realizada em 19/02/2021.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **4-*Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a***


atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 18 (dezoito) de fevereiro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 1.090.518,75€ (um milhão, noventa mil, quinhentos e dezoito euros e setenta e cinco cêntimos), dos pagamentos efetuados de 511.635,03€ (quinhentos e onze mil, seiscentos e trinta e cinco euros e três cêntimos) e do saldo reportado a 18/02/2021 de 2.543.820,09€ (dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil, oitocentos e vinte euros e nove cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 121.152,59€ (cento e vinte e um mil, cento e cinquenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos). No nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais. -----

----O membro Fernando Roma colocou várias questões, começando por se referir à situação já aqui falada pelo membro Luís Coutinho sobre a destruição da mina de ouro em Fratel, verificando que estava inscrito neste documento, no setor do apoio ao desenvolvimento e Proteção Civil, que uma das competências era a emissão de pareceres para projetos de (re)arborização e assim sendo e parecendo-lhe que este incidente foi no seguimento de um processo de rearborização, significaria que o referido projeto teria passado por esta a Câmara Municipal. Depois referiu-se às várias obras nas freguesias, nomeadamente, à recolha dos resíduos sólidos urbanos nas freguesias, solicitando mais informação sobre este ponto.

Questionou também se a manutenção e limpeza dos Cemitérios do conselho abrangia o Cemitério de Sarnadas de Ródão. Verificara também que neste documento estava descrito nas obras em curso por administração direta, trabalhos complementares à construção da empreitada "ligação pedonal da Avenida da Bela Vista ao largo do cemitério em Vila Velha de Ródão", estando depois no item das empreitadas, nas obras em fase de execução, essa mesma empreitada, questionando se era a mesma empreitada ou se eram duas empreitadas. Por fim questionou qual fora o critério que a Câmara Municipal teve para atribuir um subsídio extraordinário à Junta de Freguesia dos Perais de 66.000,00€ (sessenta e seis mil euros), para as obras de requalificação e ampliação da capela mortuária de Alfrívada, tendo o custo das mesmas sido estimado em 88.000,00€ (oitenta e oito mil euros) e o Município elaborado o projeto.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões colocadas no ponto prévio desta sessão, começando por se referir à ligação a Espanha, prevista entre Montalvão e Cedilho e que já tem vindo a ser equacionada há largos anos e que tem sido defendido pela Câmara Municipal da necessidade dessa ligação ser feita do Concelho de Vila Velha de Ródão para o Alentejo e depois para Cedilho. Assim, saudava com particular regozijo a iniciativa do governo de incluir neste Plano de Recuperação e Resiliência a ligação de Cedilho a Montalvão, que será com certeza a mais difícil pelas questões que levanta do ponto de vista das ligações internacionais, reiterando o que já fora dito, esta era uma luta de à muitos anos do Município de Vila Velha de Ródão e estaremos fortemente empenhados, acompanhando o movimento que estava a ser feito também pela Junta de Freguesia de Montalvão e que se



complemente esta obra com a ligação ao Concelho de Vila Velha de Ródão, abrindo aqui uma perspetiva de ligação a Espanha por esta via que era extremamente importante não só para o nosso concelho e para todos os investimentos cá existentes, mas também era importante para todos os concelhos do interior. -----

----Em relação às questões do património arqueológico, aproveitou para dar nota do trabalho que tem sido desenvolvido pela Câmara Municipal nesta área, há já muitos anos e com a colaboração também da Associação de Estudos do Alto Tejo, pensando que possivelmente fomos dos primeiras municípios a nível nacional a ter essa preocupação de quando à projetos de florestação estes serem analisados sob o ponto de vista do património existente nesses locais e ter uma carta do património arqueológico para salvaguarda do mesmo e eram visíveis os investimentos feitos pelo Município nessa área. Havia no entanto um problema do qual já tinha dado conhecimento à Senhora Diretora-Geral da Cultura do Centro, porque os projetos de licenciamento neste momento não eram da responsabilidade da Câmara Municipal era o ICNF que fazia o licenciamento dos projetos de reflorestação, pedia o enquadramento em termos de PDM à Câmara Municipal e o ICNF licenciava o projeto mas não informava a Autarquia de que o mesmo foi licenciado e que a obra iria ocorrer, não informando também das datas e prazos de execução da mesma, ou seja, depois da Câmara Municipal dar o parecer e fazer o reporte daquilo que em termos patrimoniais existe no território, perdia-se aqui uma ligação àquele projeto, não existindo informação na Câmara Municipal se o projeto iria ou não ser concretizado e quando iria ser, levando a que situações como esta possam ocorrer por falta de acompanhamento da obra. Na sua opinião pensa que por parte do Ministério Cultura não haverá uma

sensibilidade para estas questões patrimoniais, mas de facto estava-se perante uma situação preocupante que em Vila Velha de Ródão é conhecida por existir esta colaboração e preocupação em termos patrimoniais, mas acreditava que a nível nacional o panorama deveria ser assustador porque que nem todos os municípios teriam esta preocupação nem este acompanhamento. Assim, achava que teria que haver do ponto de vista do enquadramento da legislação uma alteração para que estas situações não pudessem ocorrer, para que as autarquias que têm esta sensibilidade não sejam surpreendidas e vejam posto em causa o trabalho que faziam com situações destas, que lamentava, mas eram completamente alheios e que muitas vezes nem era por falta de sensibilidade dos proprietários, mas porque são trabalhos feitos por subempreiteiros e que levavam a que estas situações ocorressem.-----

---- Em relação às questões colocadas pelo membro Fernando Roma começou por responder que em relação à recolha dos resíduos urbanos e como já acontecia em Vila Velha de Ródão onde existia um espaço para recolher os resíduos provenientes de obras de escassa relevância urbanística, esta solução iria ser estendida a todo o concelho, onde iria existir em todas as freguesias um ponto para depósito desses resíduos, evitando assim que estes sejam despejados indiscriminadamente noutros locais, podendo inclusive criar problemas ambientais. Quanto à manutenção e limpeza dos cemitérios, era referente aos cemitérios pertencentes ao Município, logo o de Sarnadas de Ródão não estava abrangido por pertencer à Junta de Freguesia. No que respeita à empreitada da ligação pedonal da Avenida da Bela Vista ao largo do cemitério em Vila Velha de Ródão, a mesma foi adjudicada ao empreiteiro, os trabalhos complementares aqui inscritos referem-se à existência no local da obra de postes



onde passam fios de fibra ótica e de cobre e o que se tinha feito em colaboração com a PT era a desmontagem desses postes, tendo os serviços da Autarquia já procedido à retirada dos mesmos e à colocação dessa rede por via subterrânea para depois permitir a intervenção do empreiteiro. Esta era numa situação que já tinha sido reportada há imenso tempo à PT que infelizmente tinha alguma dificuldade em dar resposta. Em relação aos critérios dos Apoios às Juntas de Freguesia estes são apreciados caso a caso com os seus Presidentes em conformidade com as suas disponibilidades orçamentárias e neste caso específico, aquilo que foi acordado com o Presidente da Junta de Freguesia de Perais foi que para já havia este apoio, mas se Junta de Freguesia depois tivesse alguma dificuldade e houvesse necessidade de um investimento complementar a Câmara Municipal estaria disponível para falar com a Junta de Freguesia e rever o montante do apoio que lhe era concedido numa perspetiva também de equidade com as outras Juntas de Freguesia e com as intenções de investimento que têm vindo a manifestar concretizar. -----

----O membro Paulo Roberto, no seguimento da informação sobre o COVID, começou por congratular-se pela disponibilização dos testes feitos no concelho, solicitando mais informação sobre a evolução da situação no concelho nesta semana e se na próxima semana era expectável o concelho passar já ao nível moderado. Questionou também se já poderia ser avançada informação sobre o programa de vacinação no concelho e em relação aos testes, qual seria a periodicidade dos mesmos. -----

----O membro Tiago Ferreira, relativamente ao incidente com a destruição da mina de ouro em Fratel e no seguimento da resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu indicação que se

estavam a desenrolar alguns procedimentos, questionava se já havia alguma alteração nesses procedimentos, ou seja, se no futuro alguém requeresse um processo de florestação ou reflorestação e tendo em conta o PDM, se já havia algum mecanismo ou algo que diga que naquela determinada área existia algo que tenha que se ter em consideração a quando de qualquer intervenção na mesma.-----

---- O membro Ricardo Morgado começou por cumprimentar todos os presentes, referindo-se à área da proteção civil, mais exatamente no que dizia respeito à limpeza dos terrenos e sabendo que apesar de ser da responsabilidade dos proprietários, sabia que a Câmara Municipal tem prestado auxílio nesta matéria, gostaria de saber qual o ponto de situação nesta área. Em seguida solicitou também mais informação sobre os trabalhos da obra da Praia Fluvial da Foz do Cibrão. Deixou também uma palavra de felicitação pelo trabalho que estava a ser desenvolvido na divulgação da marca Terras d'Oiro.

---- O membro Luís Coutinho em relação à instalação da fibra ótica referiu que tinha sido dito há algumas reuniões anteriores, que a localidade do salgueiral estava abrangida pela instalação da mesma, mas até há data ainda não foi feito, questionando se havia mais alguma informação sobre este assunto. Em relação aquilo que disse sobre a destruição do património arqueológico, concordava que havia alguma confusão em relação à gestão do património que temos no conselho e em principio não seria maior porque a Associação de Estudos do Alto Tejo desde há muitos anos tem feito um trabalho ótimo, mas realmente parece que o problema prendia-se com a falta de comunicação que o ICNF deveria ter com as câmaras municipais e que estaria a motivar estas situações, talvez tivesse que haver alguma pressão sobre o ICNF ou o Ministério da Agricultura para que de futuro se pudesse evitar estas situações.-----



----O membro Ricardo Morgado em referência a este assunto, disse que na sua opinião e segundo as notícias que vieram a público, o problema não se tratava das instituições não terem funcionado mas sim de um ato isolado de alguém que fez de forma errada esta intervenção. -----

----O membro Luís Coutinho disse que segundo depreendera pela intervenção do membro Ricardo Morgado a responsabilidade deste incidente teria sido de quem executou a intervenção no terreno, mas a questão não era essa, porque isso aconteceu agora, mas também aconteceu noutras ocasiões. A questão era mais profunda e prendia-se com o inter-relacionamento que havia entre os diversos organismos, provavelmente o particular poderia nem saber se aquele terreno era um sítio específico que fazia parte da tal rede do património arqueológico e por isso não poderia haver falta de contacto entre as instituições. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao membro Paulo Roberto, dizendo que o Município tinha vindo a reforçar os testes, inclusive tinha adquirido mais mil testes, tendo vindo a trabalhar muito com as IPSS do concelho, atendendo à vulnerabilidade das pessoas que estavam ao seu cuidado. Foram também testadas as pessoas que estão ao atendimento ao público, reforçou-se também os testes junto das escolas, independentemente daqueles que eram feitos pelo Ministério Educação e sob este ponto de vista o Município tem feito um trabalho exaustivo porque entendiam que quanto mais se testar mais se restringia a possibilidade de surtos, salientando que este trabalho estava a ser feito em parceria com todas as instituições, desde os bombeiros, às IPSS e as Juntas de Freguesia. Quanto à vacinação o processo já fora iniciado e neste caso os critérios eram definidos pela Direção

Geral de saúde, tendo a Câmara Municipal, desde início do mesmo, acompanhado todo o processo, dando todo o apoio logístico, garantindo que todo este processo corresse conforme o previsto.---

---- No que respeita ao assunto do património arqueológico, disse que há já muitos anos que se tem vindo a fazer um trabalho profundo nesta área em conjunto com a Associação de Estudos do Alto Tejo, de modo a aproveitar o conhecimento que têm e a disponibilidade no sentido de se fazer uma sinalização dos locais, que do ponto de vista arqueológico, serão mais importantes, sendo que alguns desses locais já foram sinalizados, seguindo-se agora um trabalho de identificação e contacto com os proprietários porque este era um património que estava em terreno privado, pela sensibilização desses mesmos proprietários para permitirem fazer essas limitações, mas era algo que já estava a ser feito há algum tempo e que se pretendia de alguma forma, tentar evitar estas situações, porque de facto e esta era uma questão nova, as práticas agrícolas atuais são feitas com maquinaria mais pesada, mais intrusiva e isso levava a um grau de revolvimento do solo diferente daquele que era feito há alguns anos atrás. Mais disse que era muito difícil à Autarquia fiscalizar permanentemente todos os cerca de três mil locais com vestígios arqueológicos identificados na carta arqueológica do Município, havendo aqui, por parte das entidades oficiais, que tinham responsabilidade nas questões do licenciamento, de se articularem mais com os municípios, aproveitando a sua proximidade com o território e com as pessoas, para uma atuação mais preventiva destas situações.-----

---- Em relação à limpeza dos terrenos colocada pelo Membro Ricardo Morgado, disse que a Autarquia tem vindo a fazer um grande esforço no sentido de intervir quer nas faixas primárias, quer nas faixas



secundárias, este ano irá ser feito um procedimento de concurso para termos um prestador de serviços que possa complementar a Câmara Municipal, não naquilo que é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas naquilo que era da responsabilidade dos privados, que por imposição legal e quando estes após notificação, não procedessem a esses trabalhos, sendo depois a Autarquia ressarcida do valor da intervenção. Quanto à Obra da Praia Fluvial da Foz do Cibrão, a mesma estava quase concluída, dando em seguida mais algumas informações sobre a mesma. No que respeitava á situação da fibra ótica em salgueiral, a informação que lhe fora dado pela PT era que toda a linha que abrangia desde Foz do Cibrão, Vila Velha de Ródão à Serrasqueira estaria toda coberta por esta rede, por isso iria averiguar a situação. -----

----O membro Tiago Ferreira, referindo-se ao tema do património arqueológico e segundo percebera pelas palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal, questionou, se quando era feito um projeto de uma obra que passasse pela Câmara Municipal e havendo espaços arqueológicos devidamente referenciados, esta não dava indicação de que no espaço onde iria ocorrer essa intervenção existiam vestígios arqueológicos que não poderiam ser mexidos ou em caso de intervenção, aquela era uma zona á qual teria de se ter especial cuidado. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Câmara Municipal nestes casos chamava a atenção e informava que na área a intervir existia um sítio de relevância arqueológica e como tal não poderiam intervir nesse local ou se o fizessem, os trabalhos teriam que ter o acompanhamento de um arqueólogo. -----

----**5-Outros assuntos de interesse para o Município;** -----

----O membro Fernando Roma disse que Câmara Municipal fora acusada

injustamente de não apoiar a Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão a quando do encerramento do Centro de Dia de Sarnadas de Ródão, verificava-se no entanto e não era só de hoje, que ao contrário do que se disse, a Autarquia sempre tinha colaborado com a Santa Casa da Misericórdia e uma vez mais isso se refletia com o contributo de 35.500,00€ (trinta e cinco mil e quinhentos euros) agora atribuído. Continuou, chamando a atenção para a necessidade de intervenção num caminho que liga Sarnadas de Ródão a Atalaia devido ao seu estado de degradação. Solicitou também informação sobre o processo das casas degradadas situadas na Rua de São Pedro em Sarnadas de Ródão.-----

---- O membro Maria José Sobreira no seguimento dos apoios dados pela Autarquia aos concessionários dos espaços da mesma e aos taxistas, questionou se para os comerciantes que por imperativo legal e devido à pandemia tiverem que encerrar os seus estabelecimentos estaria a ser ponderado também algum tipo de apoio. Questionou também se a intervenção de desmatação feita junto à ponte da Ribeira do Açafal era para continuar ao longo da linha de água até ao rio e se, de igual forma, também iria ser feita essa desmatação na Ribeira do Enxarrique, que já tinha sido intervencionada no ano passado.-----

---- O membro Júlia Ceia questionou que, atendendo a que o telhado do edifício da GNR caíra, para quando a realização das obras no mesmo. Chamou também a atenção para o facto da estrada entre Urbanização da Nossa Senhora da alagada e a Estrada Nacional 18 estar condicionada e na conveniência de assegurar a limpeza desta via para evitar acidentes.-----

---- O membro Luís Coutinho, referindo-se à intervenção do membro Fernando Roma, disse que em relação ao Centro de Dia de Sarnadas de



Ródão, a Coligação do "Novo Rumo" sempre se manifestara no sentido de que a Câmara Municipal arranjasse uma solução e foi isso que aconteceu. No respeitante à verba referida e segundo percebera, era relacionado com o apoio às medidas de prevenção ao COVID. -----

----O membro Luís Andrade começou por cumprimentar todos os presentes, falando em seguida do trabalho e dos incentivos que a Autarquia tem vindo a fazer para fixar população, deixando duas sugestões. A primeira prendia-se com o facto de aproveitar a indústria cá existente e em colaboração com uma Universidade ou Politécnico, criar em Vila Velha de Ródão um polo do ensino superior ligado ao *cluster* do papel. A segunda tinha a ver com a quantidade enorme de terrenos agrícolas que não estavam aproveitados e o crescente interesse por parte de jovens agricultores em iniciar a sua atividade, no sentido de a Autarquia ajudar os mesmos a criar e apresentar os seus projetos agrícolas, contribuindo assim para a sua fixação, bem como, para a economia do concelho. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se referir à intervenção do membro Fernando Roma, dizendo que a Autarquia reconhecia a importância que as IPPS do concelho tinham para as pessoas que estavam dependentes delas, inclusivamente do ponto de vista económico pelo emprego que geravam e as dificuldades que enfrentavam devido às exigências que a administração central lhes impunha e que lhes aumentava significativamente as suas despesas e por isso a Câmara Municipal tem estado sempre muito próximo delas e as tem apoiado, porque para além da importância que têm para o nosso concelho, entendia que as mesmas estavam a ser bem geridas, com pessoas dedicadas e que davam o seu melhor em prol das mesmas e assim merecerem também o apoio da Autarquia que, enquanto for esta

a estratégia destas instituições, cá estará para as apoiar dentro das suas possibilidades. Quanto aos caminhos agrícolas eram da responsabilidade das Juntas de Freguesia, mas também entendia que as mesmas não tinham capacidade, quer económica quer logística, para resolver esta questão e o Município também tem tido algumas dificuldade operacionais para solucionar o problema, tendo em conta também que as condições atmosféricas dos últimos tempos que não tem permitido arranjar os mesmos, mas assim que for possível e em articulação com as Juntas de Freguesia iriam iniciar esses trabalhos. Em relação aos prédios degradados informou que neste momento a Autarquia tinha um técnico superior a trabalhar nessa área, mas tinha que se ter em conta as dificuldades jurídicas que este assunto envolvia e não deixava muitas vezes avançar os processos com a celeridade que seria desejável. Concretamente à situação referida, sabia que uma das casas tinha entretanto sido vendida, havendo um compromisso do seu novo proprietário para fazer obras o que parece que ainda não foi feito e assim sendo iria colocar esta questão aos serviços para ver como é que estava essa situação.-----

---- Às questões colocadas pelo membro Maria José Sobreira e no seguimento dos apoios que a Câmara Municipal concedeu à atividade económica e às famílias no ano passado, resolveu este ano e tendo em conta o agravar da situação, em particular para os comerciantes e microempresários, que muitas vezes não tem outro meio de subsistência, deliberar um conjunto de apoios, tendo para o efeito e para uma maior celeridade no processo, contactado a ANTRAL, a associação que representa os profissionais de táxi e a ACICB- Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco, para através destas chegar mais rapidamente a estes profissionais. No caso dos



profissionais de táxis este processo já estava muito adiantado e iria ser feito uma prestação de serviços no sentido de cada taxista receber um apoio de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), pagos em duas *tranches* e em contrapartida irá ser colocada nas respetivas viaturas durante o ano de 2021, publicidade alusiva às "Terras d'Oiro", aproveitando assim para promover esta marca. Em relação aos empresários e microempresas sediados no nosso concelho e que tiveram que fechar as suas atividades, irá ser feito um protocolo com a ACICB e através desta associação, a Autarquia irá apoiá-los com 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), a serem pagos também em duas *tranches*. Entendia que este será um apoio importante e complementava também aquilo que iria ser feito pela administração central. No que dizia respeito aos concessionários dos espaços municipais tinham as suas rendas suspensas e o que iria ser feito era atribuir-lhes o apoio e descontar-lhes o valor das rendas que não pagaram à Câmara Municipal, por uma questão de equidade para com os restantes empresários. Quanto à limpeza efetuada junto à ponte da Ribeira do Açafal, disse que não era a primeira vez que era feita, mas como há já algum tempo não se fazia, teve um impacto mais profundo na paisagem e o que se pretendia era fazer uma intervenção mais alargada, existindo inclusive um projeto já feito tendo por objetivo inserir o mesmo numa candidatura possibilitando fazer assim toda a limpeza desta ribeira, desde a ponte à sua foz e depois também com uma intervenção nas suas margens para tornar toda aquela zona circulável. Em relação à Ribeira do Enxarrique, existia um protocolo assinado com a APA no valor de cerca de 280.000,00€ (duzentos e oitenta mil euros), o projeto estava concluído, ultrapassando ligeiramente a verba protocolada porque também contemplava uma intervenção de limpeza do próprio leito da ribeira

para desassoreamento da mesma.-----

---- Referindo-se às questões colocadas pelo membro Júlia Ceia, começou por responder à questão das obras no edifício da GNR dizendo que, infelizmente, foi preciso cair o telhado para as entidades responsáveis por esta instituição perceberem da urgência destas obras, mas a Câmara Municipal, providentemente, já tinha um projeto feito e em condições para ser lançado a concurso, apesar de todas as dificuldades técnicas na sua elaboração. Mais disse que de imediato a Autarquia disponibilizou um espaço para garantir aqui a presença da GNR, estando previsto inicialmente a antiga escola primária, em frente aos bombeiros, mas verificou-se que seria necessário um conjunto grande de obras para que o mesmo ficasse operacional e assim a solução foi instalar a GNR no antigo edifício da Casa Laia, onde funcionou a ADRACES, que, com algumas alterações, possibilitou uma maior rapidez no acolhimento desta força policial. Informou também que caso a Autarquia não fosse célere a encontrar uma solução e a disponibilizar estas instalações, durante o prazo da obra, os elementos da GNR iriam ser deslocados para o Posto de Cebolais de Cima. Em relação à estrada indicada, disse que se devia à retirada de madeira de um terreno limítrofe à mesma e que infelizmente nesta época do ano não seria a mais favorável para se proceder a estes trabalhos, mas a Câmara Municipal tem assegurado a limpeza possível desta via.-----

---- Referindo-se à intervenção do membro Luís Andrade, disse que as questões colocadas por este eram interessantes e merecedoras de reflexão, porque tudo aquilo que tinha a ver com as transformações que a nossa sociedade enfrentava e principalmente daquilo que implicava com o nosso território, com as modificações que também originaram essas transformações, deveriam ser discutidas e foi por



isso que foi feito o Plano Estratégico já aqui apresentado, que no fundo era um convite a essa reflexão e era óbvio que a Câmara Municipal também estava a trabalhar nalgumas ideias que achava interessantes e que mereciam ser ponderadas. -----

----O membro Paula Gonçalves referindo-se à inutilização pelas infraestruturas de Portugal da ponte que ligava anteriormente a A23 a Fratel com a criação de um cruzamento improvisado, gostaria de saber qual o ponto da situação em relação à entrada do Fratel. ----

----O membro Ricardo Morgado referiu que tendo em conta que até 2023 teria que ser implementada a obrigatoriedade da recolha dos biorresíduos, complementado também com a compostagem doméstica, questionava se já estava em curso algum tipo de projeto em articulação com a VALNOR ou até com a CIMBB, ou a Câmara Municipal iria tomar a iniciativa de avançar desde já, não propriamente com a recolha, mas com a informação no sentido de incrementar e incentivar as pessoas a fazer essa compostagem. -----

----O membro Tiago Ferreira em referência ao antigo posto da guarda fiscal situado junto a Monte Fidalgo, questionou qual o ponto da situação e se estava perspetivado algum projeto de desenvolvimento relacionado com turismo ou outra situação do género. Referindo-se à intervenção do membro Luís Andrade disse que o que fora dito por este, poderia ser um alvo de reflexão para com a questão do desenvolvimento do interior, não só para com as empresas, mas com quem se queira implementar no Município e seria de ter em conta e de louvar essa mesma análise e processo de reflexão, mas era preciso não esquecer que muitas vezes o que fazia com que as pessoas não viessem até cá, possivelmente não seria só pela questão da interioridade mas também ao nível tecnológico e habitacional. A Câmara Municipal tem feito e bem o seu trabalho,

mas o que é que de futuro se poderia fazer a mais do que aquilo que tem vindo a ser feito e se o Senhor Presidente do Executivo já teria algumas ideias que pudesse divulgar. Continuou questionando se já havia algum projeto para aproveitamento do vapor gerado pelas empresas e que não era aproveitado por estas.-----

---- O membro Luís Coutinho, no seguimento das palavras do membro Tiago Ferreira e com referência à intervenção do membro Luís Andrade, disse que a preocupação dele era a preocupação de todos e em referência à criação de um Polo de Educação em Vila Velha de Ródão, esta era uma solução válida mas nada fácil de implementar devido à diminuição da população, nomeadamente a mais jovem, mas sem dúvida que a existência de estudantes era um fator de crescimento e desenvolvimento para os locais onde estes se inseriam. Em relação à diversidade do tecido empresarial esta era realmente uma questão importante, o problema era encontrar a melhor forma para o fazer, mas era um assunto que teria ser pensado e trabalhado com a colaboração de todos e apesar do esforço da Autarquia, teria que haver mais empenho de todos para ajudar a arranjar soluções e tentar inverter o problema do despovoamento.--

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão colocada pelo membro Paula Gonçalves dando nota das diligências que a Câmara Municipal tem feito junto dos responsáveis das Infraestruturas de Portugal e do Secretário de Estado que tutela esta área, equacionando as possíveis soluções para este problema e comunicando-lhes as preocupações que esta situação provocava com a falta de segurança no local para peões e veículos, mas até agora ainda nada tinha sido feito, continuando a Autarquia a insistir junto desta entidade, pois era ela que tinha a jurisdição desta via.-----



----Em relação à questão do Ricardo Morgado disse que este era um tema que estava a dar os primeiros passos e que a Autarquia estava a analisar aquilo que iriam ser os financiamentos disponíveis para a implementação da recolha a nível dos conselhos, que seria feito em articulação com os parceiros da VALNOR e à medida que houvesse mais informação esta iria ser disponibilizada. Mais disse que esta era uma área em que a Autarquia tem vindo a apostar e segundo os últimos indicadores, tem tido um bom desempenho, devido também à preocupação da Câmara Municipal em implementar esses hábitos na população. -----

----Quanto às questões colocadas pelo membro Tiago Ferreira relativamente ao antigo Posto da Guarda Fiscal, esta infraestrutura foi incluída no Programa "Revive Natureza", lançado pelo Turismo de Portugal e o que se sabia pelo acompanhamento feito pela Autarquia, era que tinha sido pedido um orçamento para a instalação de infraestruturas, nomeadamente da eletricidade para aquele espaço, mas o valor do mesmo era elevado sendo em parte dissuasor do investimento naquele local, mas a Câmara Municipal continuava a acompanhar a situação. Em relação ao aproveitamento do vapor produzido pelas empresas, disse que há alguns anos foram iniciadas conversações com a CELTEJO no sentido de, pelo menos numa primeira fase, ser feito esse aproveitamento pela Santa Casa da Misericórdia e pelo Agrupamento de Escolas. Houve um grande entusiasmo da empresa relativamente a este projeto, mas talvez por dificuldades técnicas ou até pelo valor do mesmo, esta acabou por não concretizar esse investimento, no entanto, a atual administração já demonstrou alguma disponibilidade em discutir este tema, esperando que em breve se possa avançar com este projeto. Em seguida, aproveitou para informar que, em princípio, já no próximo

mês de março, iria ser estendida à parte central de Vila Velha de Ródão, à Santa Casa da Misericórdia e também às Empresas que o solicitem, a rede de gás natural, que já existia para as empresas, mas não estava disponível para os particulares. Assim, uma parte substancial de Vila Velha de Ródão irá ficar também com disponibilidade de acesso ao gás natural.-----

---- Em referência ao que foi dito quanto aos investimentos na área da tecnologia e da educação, disse que essas áreas já estavam sinalizadas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, não só ao nível do Município de Vila Velha de Ródão, mas também ao nível da própria Comunidade Intermunicipal e estava-se a falar de investimentos significativos e dependentes ainda de investimentos que são primários e que ainda não estavam feitos. Podia-se falar de atração de novas empresas, mas era importante e primordial que nesta área existisse uma cobertura de rede de fibra ótica e de rede móvel que permita a cobertura integral do conselho. Em referência às questões da educação, deu nota de que a Autarquia tinha estabelecido um protocolo com a Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal que irá ter um polo em Vila Velha de Ródão, o "Centro Qualifica", e dar aqui também uma resposta nessa área, dando assim a oportunidade de ter em Vila Velha de Ródão uma oferta nesta área importante para a fixação de pessoas e para a ligação às empresas, com um complemento de oferta de técnicos para as mesmas.

---- 6- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento;-----

---- O Senhor Rui Mateus começou por cumprimentar todos os presentes, referindo-se em seguida ao problema ambiental relacionado com a laboração da empresa CENTROLIVA, tecendo alguns considerandos sobre o historial do mesmo, baseando-se em



declarações inscritas em várias Atas e comunicados do Executivo, sendo que, na sua opinião e em relação a um comunicado feito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal no início deste ano, concordava em parte com o mesmo, mas este basicamente refletia a reportagem enviada para a comunicação social. Assim e em primeiro lugar, aquilo não era uma pergunta para a Comissão do Ambiente, era uma pergunta perfeitamente banal para a Assembleia que era endereçada ao Senhor Ministro e não como estava inscrito no *site* da página oficial da Câmara Municipal, que fora dirigido para a Comissão do Ambiente. Verificara também que todas as perguntas colocadas foram reforçar as perguntas da Câmara Municipal e, com base nas últimas Atas da Assembleia Municipal, reparava que todas as perguntas foram respondidas pelo Senhor Presidente tendo em conta os relatórios emanados pelas várias entidades envolvidas. No entanto concordava que era extremamente importante que aquele grupo de deputados tenha feito aquelas perguntas e pecava por não haver mais que não façam o mesmo. Em seguida e referindo-se à intervenção do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal inscrita na Ata número três do Executivo, que informou da reunião realizada no Ministério do Ambiente com as presenças do Secretário de Estado Adjunto da Energia e o Secretário Geral do Ambiente para tratar deste assunto, pelo que gostaria de saber qual fora o resultado da mesma, para além da vistoria que foi feita. Aproveitou também para dizer que concordava em absoluto com a Moção hoje aqui aprovada, sugerindo que a mesma fosse também enviada para a Comissão do Ambiente. Continuando a referir-se à intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara, disse que este e em sua opinião, vinha negar aquilo que vem nesta Moção, referia que a intenção do Município não era o encerramento definitivo da empresa, mas sim que a mesma

parasse a sua laboração até que fizesse os investimentos necessários para assegurar as condições de segurança. Referindo-se a uma Ata da Assembleia Municipal de há uns anos atrás onde o senhor Alcides veio responder a todos os membros desta Assembleia Municipal e tendo este problema persistido há mais de dez anos, não achava verdadeiramente que deveria ser o encerramento absoluto da fábrica? Porque, pelos vistos, não adiantava andar estes anos todos a dizer que iriam resolver os problemas, quando o resultado até agora era nulo. Referenciando o relatório da CCDRC, que mandou encerrar pela primeira vez uma empresa, cerca de 30% (trinta por cento) da poluição da zona centro vinha daquela fábrica, trazendo prejuízos graves para a saúde da população em termos respiratórios e principalmente para as grávidas, por isso achava que não fazia sentido nenhum em dizer que não eram pelo seu encerramento. Em relação à destruição da mina de ouro em Fratel, disse que quem licenciava estes projetos era o ICNF que, segundo o estipulado em Lei, tinha por base um parecer vinculativo emanado pela Câmara Municipal, questionando se, neste caso, esse parecer foi positivo ou negativo, porque se foi positivo, o ICNF atualizava as listas de quinze em quinze dias na área da reflorestação, logo, o departamento técnico florestal da Câmara Municipal poderia não ter recebido a comunicação, mas tinha a obrigação de quinze em quinze dias de ir lá ver se o projeto fora aprovado ou não e como tal gostaria de saber se teve esse conhecimento. Mas e segundo a descentralização de competências, a parte da defesa do património pertence também às Autarquias e apesar da grande quantidade de achados arqueológicos existentes no concelho, essa informação estava incorporada no PDM e houve um pedido, fazia parte de todos nós a defesa daquele património e fiscalizar sucessivamente. Tendo



por base a informação da Associação de Estudos do Alto Tejo, a destruição dos achados arqueológico neste conselho era sistemático e se realmente assim o era, questionava porque é que não foi feita uma maior fiscalização por parte da Autarquia, solicitando também, se fosse possível, saber quem é que procedeu a esta destruição. Sobre o parque de madeiras situado na zona baixa da Vila e como o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, este iria deixar de existir, mas como o mesmo estava instalado em grande parte, num terreno integrado em reserva ecológica nacional, questionou se a empresa que ali o tinha instalado iria fazer a limpeza do terreno e iria tirar a vedação. Em relação ao que aqui foi dito sobre o futuro do desenvolvimento do concelho, era da opinião de que o mesmo não deveria passar pelo *cluster* do papel que, devido à crescente importação de madeira, poderia comprometer no futuro, este setor e deparar-se com dificuldades em arranjar matéria prima para laborar. Achava que esse desenvolvimento seria mais sustentável com a aposta no turismo e na cultura, aproveitando a existência do parque arqueológico de figuras rupestres existente, o Rio Tejo e a conciliação do turismo com a natureza. Deixou em seguida um alerta para o facto de ter verificado que o aluguer por metro quadrado das casas em Vila Velha de Ródão era extremamente caro, comparativamente com outros conselhos limítrofes, tendo inclusivamente constatado que havia informação por parte de algumas imobiliárias, do valor da renda a cobrar e referindo a possibilidade de financiamento da Câmara Municipal e isto levava a um inflacionamento do metro quadrado, logo teria que advir daqui uma fiscalização junto dos proprietários dos imóveis, porque na sua opinião, entendia que poderia existir aqui algum aproveitamento, ainda para mais sendo esta informação dada por algumas

imobiliárias.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que a maioria das questões já tinham sido respondidas ao longo desta Sessão, no entanto convidava-o a colocar as suas questões ao Senhor Ministro do Ambiente e pensa que a Moção que hoje aqui foi elaborada pela bancada do Partido Socialista e aprovada por unanimidade e na qual se revia integralmente, era elucidativa da posição e da vontade de resolução deste problema e se na questão da poluição do Rio Tejo e na limpeza do mesmo o Senhor Ministro do Ambiente fez um bom trabalho, em relação a este problema não estava a ter uma prestação compatível com a gravidade do mesmo, tendo dado mais algumas informações sobre as várias diligências que têm vindo a ser desenvolvidas. Quanto ao encerramento da empresa, disse que a posição da Câmara Municipal era muito clara, ou seja, se for para esta continuar a trabalhar nestes moldes deverá ser fechada, aliás, já deveria estar fechada, não sabendo porque é que não estava fechada. Mas se a empresa fizer os investimentos e se der a garantia que trabalha de acordo com a licença ambiental cumprido escrupulosamente a Lei, tinha todo o direito a laborar, como todas as outras existentes em Vila Velha de Ródão. Em relação ao atentado ao património, disse que havia aqui um paradoxo, porque só se sabia que esta mina de ouro fora destruída devido à existência de uma Associação em Vila Velha de Ródão, que tem vindo a fazer um trabalho notável na preservação do património, mas também havia uma instituição que há muitos anos vem apoiando financeiramente essa Associação, permitindo também muito do trabalho que esta tem desenvolvido, tinha o apoio da Câmara Municipal. Se não houvesse por parte dessas pessoas esse interesse e capacidade de investigação e o apoio da Câmara Municipal no trabalho desenvolvido



e que nos permitiu conhecer o património de Vila Velha de Ródão, era possível que houvesse muito mais património destruído. Quanto ao parque de madeiras referido, disse que realmente havia uma parte que estava situada em reserva ecológica, que se estiver ocupada com depósito de madeira será marginalmente, mas essa utilização é compatível com a mesma, toda esta situação foi feita com o conhecimento do Município, salientando que este era um espaço privado e a Câmara Municipal não poderia intervir sobre o espaço privado. Em relação ao desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, disse que gostaria que fossemos conhecidos não pelo *cluster* do papel mas um *cluster* qualquer, inclusive o do turismo, mas como isso não gerava negócio suficiente para todos podermos viver dessa forma, tínhamo-nos que nos conformar com aquilo que também já existia em Vila Velha de Ródão, com uma localização menos feliz de uma empresa e com a possibilidade que isso nos tinha dado para atrair as empresas que hoje aqui temos, que geram emprego e riqueza, mas também reconhecer a capacidade dessas empresas terem feito investimento no sentido de terem um desempenho ambiental excelente. Mas isso não tem sido impeditivo para o desenvolvimento de outras áreas de negócio, nomeadamente no campo agrícola e turístico, dando o exemplo do investimento particular na construção de um hotel. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a sugestão referida e iria enviar a Moção para a Comissão Parlamentar do Ambiente, mas referiu uma vez mais que a questão da CENTROLIVA era de difícil entendimento, pois era um problema que se arrastava há já alguns anos, durante os quais tivemos governos do PS, do PSD coligados com o CDS-PP e esta empresa continuou sempre a laborar, apesar do trabalho desenvolvido por este Órgão no sentido de chamar

a atenção para o problema, no entanto achava que a Moção hoje apresentada era um pouco mais assertiva no sentido de que era mais incisiva na mensagem para que se resolvesse de uma vez por todas este problema. Apesar de todos os esforços feitos pela Câmara Municipal, não havia resposta às suas diligências, por isso teria que existir uma união forte para ajudar a Autarquia.-----

---- O senhor Rui Mateus disse concordar com o que fora dito pelo Presidente da Assembleia Municipal dando como sugestão a criação de uma comissão de trabalho da Assembleia Municipal, aliás proposta já várias vezes pelo Presidente deste Órgão, que, no seu entendimento, poderia ajudar a Câmara Municipal a resolver o problema.-----

---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a presente sessão, às vinte horas e trinta minutos e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa.

Armando

Benedita Maria Pires Dias
Raul Cristina Ribeiro Gonçalves



Pela verdade

“É preciso é definir regras, acompanhá-las, monitorizá-las e garantir que elas são cumpridas. Relativamente à centroliva, aquela fábrica que ali está não tem condições para poder laborar, não tem condições estruturais para poder desenvolver a actividade que desenvolve e, por isso, foi decretado o seu encerramento.”

João Pedro Matos Fernandes, Ministro do Ambiente, abril de 2018 em Vila Velha de Ródão.

“Queremos atrair investimentos que respeitem as premissas do desenvolvimento sustentável, que tragam emprego e que em parceria com a Câmara Municipal contribuam para fixar as pessoas no Concelho, respeitando sem concessões o ambiente.

Os investimentos que não pretendam seguir estas premissas, em particular o respeito pelas normas ambientais e pela qualidade de vida da população, não são para nós bem-vindos.”

Luis Miguel Ferro Pereira, Presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão, junho de 2013 em Vila Velha de Ródão.

Não podemos estar mais de acordo com ambas as afirmações transcritas, mas uma coisa é o que se diz, outra bem diferente é aquilo que se faz e aqui existem grandes diferenças entre estes actores políticos.

Antes de iniciar a nossa explanação, pretendemos deixar bem claro um sentimento transversal á Assembleia Municipal e ao Executivo Camarário. Não é nem nunca foi objectivo de nenhum destes órgãos, o encerramento de empresas, até porque nos últimos anos este pequeno Concelho do interior tem captado como poucos, investimento privado no valor de

muitos milhões de Euros. Em troca apenas exigimos respeito por quem cá vive.

A população de Vila Velha de Ródão vive longos e penosos anos de agonia e sofrimento com impacto directo na sua saúde, devido ao comportamento irresponsável e absolutamente impune por parte da empresa Centroliva, que de incumprimento em incumprimento, de Inspeção em Inspeção, de Providência Cautelar em Providência Cautelar, de encerramento em encerramento, de coima em coima, consegue continuar a laborar criando a ilusão de que está a cumprir aquilo que lhe é exigido.

Falamos de uma empresa que já provou inúmeras vezes a sua dificuldade em cumprir as normas ambientais, mas a quem o Ministério do Ambiente e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, permitem que seja ela própria a realizar a monitorização das suas próprias emissões atmosféricas.

Como diz o Povo, “Chama-se a isto pôr como guarda do galinheiro a Raposa”, não pode correr bem, coitadas das galinhas, leia-se população.

Assistimos durante anos a vários desenvolvimentos, que mais ou menos bem trabalhados por medianos argumentistas dariam fantásticas peças de teatro, que num Estado de Direito são absolutamente intoleráveis e atentam claramente contra os Direitos inalienáveis da população ao abrigo da Constituição da República Portuguesa.

Vejamos:

Em abril de 2017, e após inúmeras queixas e exposições por parte do Presidente de Câmara Luis Pereira, a CCDRC efectua uma inspeção á Centroliva, verificando o incumprimento nos valores- limite de emissão de monóxido de carbono e compostos orgânicos. A inspeção concluiu que a Centroliva “não cumpriu” em 2008, 2009 e desde 2012 o dever de monitorização das emissões.

Esta decisão resulta da exposição aos poluentes atmosféricos, que pode estar associado ao aumento de risco de contrair doenças do foro respiratório e cardiovascular. O risco de exposição á poluição atinge, sobretudo as populações mais vulneráveis, como crianças, grávidas e doentes crónicos, como reconheceu e divulgou o Ministério do Ambiente.

Perguntamos:

Como é possível que com denúncias constantes, evidências fotográficas sem margem para dúvidas, relatos permanentes da situação, ausência de registo de valores de emissão desde 2008, sejam necessários nove anos para tomar uma posição?

Durante estes anos de autêntico “escape livre”, permitam-nos a expressão, quantos Rodenses pioraram o estado da sua saúde de forma irreversível?

Quem pode compreender que já em Fevereiro de 2016, segundo o comunicado enviado à agência Lusa pela CCDRC, a Centroliva havia sido intimidada a “ adoptar as medidas necessárias ao exercício da sua actividade, sem incumprimentos ambientais, e após o prazo de trinta dias, o Ministério do Ambiente decida que a Centroliva tinha dado cumprimento a todas as determinações constantes no mandato, pelo que manteve o funcionamento da unidade fabril. Se cumpriu porque encerraram a empresa cerca de um ano depois?

Entre a CCDRC, o Ministério do Ambiente e a Centroliva, onde se situam os interesses de toda uma população?

Que importância lhes atribuem estas entidades?

Quem para além da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, defende os interesses e a saúde dos Rodenses?

Como é possível que em pleno século vinte e um, tenhamos uma empresa a laborar sem sequer possuir licença de utilização emitida pelo Município?

No ano de 2018, mais um episódio que atesta bem a postura da Centroliva, quando na nota de imprensa nº20/2018 de 16/4/2018, a Agência Portuguesa do Ambiente torna pública a decisão de encerrar a unidade industrial de secagem e extracção de óleo de bagaço de azeitona da Centroliva, condenando-a ainda ao pagamento de coima no valor de 300.000 euros. Segundo a APA, a empresa não era titular das devidas licenças (títulos para utilização de recursos hídricos/rejeição de águas residuais), ainda que tivesse conhecimento dessa obrigatoriedade.

Por onde tinha andado a APA até esta data?

Será que apenas despertaram para o tema Centroliva quando em 24 de janeiro desse mesmo ano, num açude do rio Tejo na região de Abrantes apareceu uma enorme mancha de espuma branca?

Será que as reacções das nossas Instituições são igualmente proporcionais à dimensão das populações e respectivo número de eleitores?

Recusamo-nos a acreditar, mas ...

Chegados a 2020, e mais uma vez pela insistência do nosso Município e devido à resiliência do seu Presidente Luis Pereira, lá se conseguiu com muito esforço voltar a verificar e a inspecionar a Centroliva.

Uma das entidades fiscalizadoras foi a Autoridade Nacional de Protecção Civil e as conclusões do seu relatório são altamente preocupantes.

Desde logo alerta para situações muito graves, pela não existência de equipamentos de detecção, alarme e alerta de incêndios nos vários edifícios da empresa, inexistência de procedimentos em caso de emergência, não apresentação das licenças de utilização, situação agravada pela não apresentação de qualquer outro documento que evidenciasse qualquer diligência efectuada pela empresa para esclarecimento da situação real em que se encontra a laborar.

A autoridade Nacional de Protecção Civil conclui propondo o encerramento urgente das instalações da empresa Centroliva.

Após a leitura do relatório temos ainda mais razões para estar preocupados dado que a um gravíssimo problema ambiental, tomamos conhecimento de uma situação de elevado nível de risco iminente para pessoas e bens.

Se todas as empresas deste País são obrigadas a cumprir, porque não cumpre a Centroliva?

Será necessário haver alguma fatalidade para as autoridades actuarem de forma clara e inequívoca?

Será que a exclusiva preocupação das nossas autoridades começa e acaba no rio Tejo, provavelmente porque chega ao Terreiro do Paço?

Hoje, e em nosso entender muito bem, sacrificamos a economia de todo um País para salvaguardar a saúde de todos. Em Vila Velha de Ródão sacrificamos a saúde de todos para proteger uma empresa.

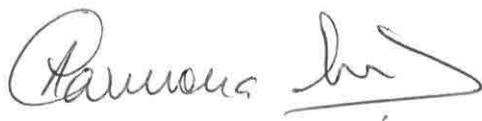
Não há aqui uma enorme contradição?

Senhor Ministro do Ambiente, lançamos-lhe desde Vila Velha de Ródão um desafio:

Aceita ser também nosso Ministro do Ambiente?

Os eleitos da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão

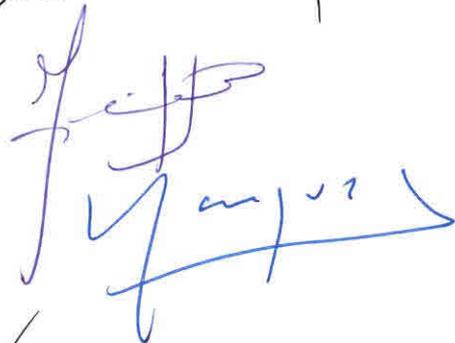
26 de Fevereiro de 2021



Benedito Dias
Paulo Gonçalves
José
F. P. ...







Vitor Oliveira
